



# PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIII - 114º DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 19 de abril de 2004 - Nº 071

TERESINA - PI

## Financiamento garante casas para carentes em Picos



Vista aérea de Picos

Grças ao apoio do Programa Subsidiado de Habitação Social (PSH), uma boa parte das famílias de baixa renda que residem no município de Picos terá agora a oportunidade de financiar a casa própria. O projeto desenvolvido pelo governo federal irá beneficiar, preferencialmente, famílias que moram em casas de taipa e que não tiveram oportunidade de construir uma moradia digna.

Para se cadastrar no programa, os interessados deverão ter renda abaixo do mínimo estabelecido pela lei e um lote de pelo menos 8 metros por 20, dentro dos padrões exigidos pelo Estatuto das Cidades. O financiamento para construção das casas, em Picos, faz parte de uma parceria entre os governos federal e estadual. O objetivo é minimizar a situação dramática das famílias atingidas pelas últimas enchentes.

Segundo Wellington Dantas, presidente regional Sul da Famcc (Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários), o Governo Federal entra com uma contrapartida de R\$ 4.200,00 para construção das residências. O Governo do Estado investe R\$ 2.160,00.

Ele lembra que o pagamento efetuado pelas famílias contempladas será destinado a um fundo de arrecadação do Estado que, posteriormente, permitirá ao governo conceder novas contrapartidas para o financiamento popular.

### • Meta é beneficiar 400 famílias

Em Picos, o PSH já beneficiou 82 famílias e a expectativa é de que, nos próximos meses, possa contemplar mais 400. Os primeiros contratos estabelecidos junto a Cohab com 27 famílias do município de Picos já estão sendo concretizados. "Até o final do mês, estaremos iniciando as construções e viabilizando a assinatura dos contratos com os 56 novos contemplados", destacou.

A casa financiada pelo PSH tem 22 metros de área construída, dois quartos, sala ampla, cozinha, banheiro e área de serviço

## Sasc renova PETI com 221 prefeituras municipais

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tem como objetivo erradicar o trabalho infantil insalubre, degradante e penoso, conforme convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho), será renovado com 221 prefeituras municipais do Piauí, durante solenidade de assinatura, marcada para o dia 26 deste mês, às 9h, no Centro de Convenções de Teresina.

Para tanto, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc) enviou comunicado para os municípios se prepararem e enviarem os projetos do PETI e documentações necessárias, a fim de que a renovação do convênio seja efetivada. Porém, o prazo dado inicialmente foi esgotado no dia 15 de março e cerca de 10% das prefeituras piauienses não haviam enviado seus planos de ação.

Assim, para não prejudicar esses municípios, o prazo final foi adiado para o dia 16 deste mês. "Nós pedimos que cada prefeitura envie seus planos de ação dentro do prazo, pois não queremos que ninguém fique de fora", afirma a secretária de Assistência Social e Cidadania, Rosângela Sousa.

Neste processo, a Sasc é responsável pelo monitoramento e assessoria da execução do PETI nos municípios, já que este é um programa mantido por recursos federais. O programa prevê a jornada ampliada, que proporciona a saída das crianças do trabalho infantil, inserindo-as na escola e atividades educativas. Além disso, as famílias são atendidas em ações sócio-educativas e de geração de emprego e renda para favorecer o seu ingresso no mercado de trabalho.

Em outra frente de trabalho que também visa o atendimento às famílias, a Sasc está organizando a implantação do Programa Economia Solidária, que tem como objetivo custear ações de geração de renda através de organização e formação de grupos de produção, cooperativas ou congêneres, priorizando grupos de mulheres chefes de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O programa aproveita a potencialidade produtiva de cada comunidade, oferecendo uma ajuda de custo de R\$ 5 mil por grupo de cada dez mulheres. As mulheres de cada grupo também serão capacitadas para gerir os negócios. O programa, inicialmente, atenderá a 62 municípios do Estado.

## Governo constrói 854 cisternas em sete municípios

### Garantia de água por todo o ano

Dos 179 projetos em fase de conclusão pelo Governo do Piauí, através do PCPR (Programa de Combate à Pobreza Rural), consta a construção de 854 cisternas, das quais 347 somente no município de Acauã, 445 quilômetros ao Sul de Teresina, uma das primeiras cidades contempladas com o Programa



Fome Zero no país e que tinha a carência de abastecimento de água como um dos principais entraves no crescimento do seu IDH (índice de desenvolvimento humano).

Todos esses projetos são realizados em parceria com o PPCSA (Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido) e foram sugeridos pelas próprias comunidades através de suas entidades representativas.

No município de Acauã foram contempladas com cisternas as seguintes comunidades: Suspirante (80), São Miguel (30), Alto Alegre (35), Macambira (36), Roçado (20), Valverde (54), Baixa das Umburanas (54) e Serrinha (38).

As demais comunidades beneficiadas foram Baixa Verde, município de Dom Inocêncio (57 cisternas); Monte Verde, município de Paulistana (89); Macaitá, em São José do Peixe (163); Lagoa do Né, em São Raimundo Nonato (57); Baixa da Cabaça, em São Julião (57) e Fonte de Fátima, em São Miguel do Fidalgo, com 85 cisternas.

Cada cisterna tem capacidade de armazenar em torno de 15 mil litros de águas pluviais, captadas através de calhas acopladas nos tetos das residências e escoadas através de um cano de cem milímetros. As famílias são orientadas sobre o manejo adequado para o atendimento às suas necessidades.